

Formação do nutricionista atuante no Programa Nacional de Alimentação Escolar*

Dietitians' training in the National School Feeding Program

ABSTRACT

SANTANA, T. C. M.; RUIZ-MORENO, L. Dietitians' training in the National School Feeding Program. *Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.* = J. Brazilian Soc. Food Nutr., São Paulo, SP, v. 37, n. 2, p. 183-198, ago. 2012.

The purpose of this research was to investigate the educational demands of dietitians engaged in the National School Feeding Program (NSFP) and to characterize the profile, career trajectory and improvement demands of these professionals, as well as the daily facilities and difficulties of the program. Data collection was carried out through a semi-structured questionnaire. Descriptive statistics and analysis of open questions were performed. The research comprised 246 dietitians - 98.4% of whom were female. Most participants (76.3%) concluded the course 10 years ago, that is, subsequent to the National Curriculum Guidelines (NCG). Contents related to NSFP were part of the undergraduate program of these dietitians, but insufficient for most of them. Thus, 31% of the nutritionists surveyed underwent further training courses to work in the NSFP. The most cited characteristics required to engage the program were technical knowledge, creativity, teamwork and dynamism. The facilities to work in the program were related to administrative aspects, while the difficulties included technical aspects. Training demands included the elaboration of nutritionally adequate menus and costs, greater participation in the nutrition educational processes, bidding, and improvement for all the professionals involved in school feeding, promoting exchanges of experiences, professional value, and raising managers' awareness regarding the importance of the Program. The divergence of content and pedagogical models during training may limit the expansion of the professional integration desired for dietitians, requiring curricular re-equalization concerning the current policies.

Keywords: Dietitian. School feeding. Professional training.

**THAIS CRISTINA MANTOVANI
SANTANA¹;
LIDIA RUIZ-MORENO²**

¹Especialista em saúde,
Nutricionista, Secretaria de
Estado de Saúde do Distrito
Federal.

²Professora Adjunta da
Universidade Federal de São
Paulo – UNIFESP.

Endereço para correspondência:
Lidia Ruiz-Moreno.
Universidade Federal de São
Paulo – UNIFESP.
Rua Sena Madureira, 1500,
5º andar. CEP 04021-001.
São Paulo - SP – Brasil.

E-mail: lidia.ruiz@unifesp.br.

**Departamento de realização do
trabalho:**

Centro de Desenvolvimento do
Ensino Superior em Saúde –
Cedess, Universidade Federal de
São Paulo – UNIFESP.

Agradecimentos:

À Coordenação Geral do Programa
de Alimentação Escolar pelas
informações disponibilizadas.

*Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Ensino em
Ciências da Saúde, com o título:
*Formação do nutricionista
atuante no programa
nacional de alimentação
escolar – PNAE.* Defendida
na Universidade Federal de
São Paulo, como requisito para
obtenção do Título de Mestre
em Ciências da Saúde no ano
de 2011.

RESUMEN

Este trabajo tuvo por objetivos investigar las demandas de formación profesional del nutricionista que actúa en el Programa de Alimentación Escolar (PAE), caracterizar su perfil profesional, su trayectoria y las facilidades y dificultades del Programa. La recolección de datos se realizó por medio de cuestionario semi-estructurado. Se realizó tratamiento estadístico descriptivo de los datos y análisis de las preguntas abiertas. La investigación contó con la participación de 246 nutricionistas, siendo 98,4% de sexo femenino. La mayoría (76,3%) había terminado su carrera hacía 10 años, es decir, posteriormente a las Directrices Curriculares Nacionales (DCN). Para la mayoría de los nutricionistas, los contenidos relacionados al PAE constaron en el currículo de grado de forma insuficiente. Por lo tanto, 31% tuvieron que realizar cursos específicos en esa área. Las características más citadas como necesarias para actuación en el programa fueron: conocimiento técnico, creatividad, trabajo en equipo y dinamismo. Las facilidades de los nutricionistas para actuar en el Programa se refirieron a aspectos administrativos, mientras que las dificultades incluyeron aspectos técnicos. Las demandas de formación contemplaron la elaboración de menús adecuados tanto nutricionalmente como en costo, una mayor participación en los procesos de educación nutricional y licitatorios, y la capacitación de todos los profesionales involucrados en el proceso de alimentación escolar, promoviendo intercambio de experiencias, valorización del nutricionista y sensibilización de los gestores con relación a la importancia del Programa. La brecha entre los contenidos y los modelos pedagógicos durante la formación puede limitar la ampliación de la inserción profesional deseada por el nutricionista requiriendo readecuaciones curriculares en función de las actuales políticas.

Palabras clave: Nutricionista. Alimentación escolar. Formación.

RESUMO

Este trabalho objetivou investigar as demandas de formação do nutricionista atuante no Programa de Alimentação Escolar (PNAE), caracterizar seu perfil profissional, trajetória de formação, demandas de aprimoramento e facilidades e dificuldades do cotidiano do Programa. Realizou-se a coleta de dados por meio de questionário semiestruturado. Utilizou-se tratamento estatístico descritivo dos dados e análise das questões abertas. A pesquisa contou com a participação de 246 nutricionistas, sendo 98,4% do sexo feminino. A maioria (76,3%) concluiu o curso há 10 anos, ou seja, posteriormente às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Conteúdos referentes ao PNAE fizeram parte da graduação dos nutricionistas, porém, de forma insuficiente para a maioria deles. Com isso, 31% deles realizaram cursos de aperfeiçoamento para atuar no PNAE. As características necessárias, mais citadas, para atuação no programa foram: conhecimento técnico, criatividade, trabalho em equipe e dinamicidade. As facilidades dos nutricionistas para atuar no Programa referiam-se a aspectos administrativos, enquanto as dificuldades incluíam aspectos técnicos. As demandas de formação abrangeram a elaboração de cardápios adequados nutricionalmente e ao custo, maior participação nos processos de educação nutricional, licitatórios e em aprimoramentos com todos os profissionais envolvidos no processo da alimentação escolar, promovendo trocas de experiências, valorização do nutricionista e sensibilização dos gestores para a importância do Programa. O descompasso dos conteúdos e modelos pedagógicos durante a formação pode limitar a ampliação da inserção profissional almejada para o nutricionista, requerendo readequações curriculares em função das atuais políticas.

Palavras-chave: Nutricionista. Alimentação escolar. Formação profissional.

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Educação – CNE homologou, em 2001, a Resolução nº 5, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Nutrição. Nelas, a orientação é contemplar atividades teóricas e práticas desde o início do curso, permeando toda a formação do Nutricionista, de forma integrada e interdisciplinar; definir estratégias pedagógicas que articulem o saber, o saber fazer e o saber conviver; estimular as dinâmicas de trabalho em grupos, favorecer a discussão coletiva e as relações interpessoais; valorizar as dimensões éticas e humanísticas e desenvolver no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade (BRASIL, 2001).

Entretanto, na maioria das vezes, os currículos dos cursos se encontram distantes do preconizado pelas DCN. Como observado por Motta, Oliveira e Boog (2003), o nutricionista compreende a saúde de forma estanque e não numa abordagem complexa e multidimensional. Alguns autores destacam a necessidade de maior articulação entre teoria e prática (FRANCO; BOOG, 2007) e ênfase no desenvolvimento do papel educador dos nutricionistas (RODRIGUES; SOARES; BOOG, 2005).

Costa (1999), ao revisitar os estudos e eventos sobre a formação do nutricionista no Brasil, constatou que mecanismos concretos para a articulação dos conhecimentos biológicos e sociais são limitados pela deficiência de uma análise crítica da formação e da prática profissional.

Ainda assim, o campo de atuação do nutricionista tem se ampliado consideravelmente nos últimos anos. Este profissional conquistou espaços e, cada vez mais, está se inserindo em setores e serviços diferenciados que abrangem a esfera pública e privada (GAMBARDELLA; FERREIRA; FRUTUOSO, 2000; MELLO et al., 2012).

O PNAE constitui um desses espaços de atuação do nutricionista. Implantado em 1955, garante a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2009).

A Lei nº 8.913/1994 estabeleceu a necessidade de atuação do nutricionista junto ao PNAE e, desde então, as normativas seguintes mantiveram a responsabilidade do profissional, não apenas na elaboração dos cardápios, mas também nas atividades educativas de promoção de saúde e de educação alimentar (BRASIL, 2004). O Programa tem sido objeto de reestruturação, sobretudo desde 2004, com uma visão intersetorial no campo da alimentação e nutrição, voltada para a educação (BRASIL, 2007).

No PNAE, o papel do nutricionista merece destaque, uma vez que:

Art. 14 [...] § 1º Compete ao nutricionista responsável-técnico pelo Programa, e aos demais nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar, coordenar o diagnóstico e o monitoramento do estado nutricional dos estudantes, planejar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação, bem como propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional nas escolas [...] (BRASIL, 2009, p. 7).

O Programa possui importante perspectiva pedagógica, já que, além de fornecer uma parte dos nutrientes que o escolar necessita diariamente, também estimula a integração de temas relativos à

nutrição ao currículo escolar e estimula atividades educativas em nutrição, com vistas a promover a saúde e a construção de novos conhecimentos, por meio da discussão de temas relativos à alimentação e nutrição (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001).

Entretanto, para que esse processo se concretize, o nutricionista deve ter participação ativa no processo educativo, interagindo com a equipe escolar, propondo atividades com o objetivo de esclarecer a importância do PNAE, discutindo sua função na escola e contribuindo para o reconhecimento dos limites e das possibilidades que apresenta como instrumento educativo em nutrição.

Considerando a importância da atuação do nutricionista para atender os princípios e as diretrizes do Programa, os objetivos deste estudo são: investigar a formação do nutricionista atuante no PNAE, caracterizar seu perfil profissional, sua trajetória de formação e demandas de aprimoramento profissional, bem como identificar as facilidades e dificuldades encontradas por ele no cotidiano do Programa.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo realizado no contexto do PNAE. A pesquisa considerou o universo dos nutricionistas inseridos no Programa, constante no cadastro de nutricionistas disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em 31 de agosto de 2009.

O contato com os nutricionistas tornou-se possível após a autorização concedida pela Coordenação Geral do PNAE/FNDE para o acesso e a utilização de informações como: nome, endereço eletrônico (*e-mail*) e município(s) em que o nutricionista atua.

Foi enviada uma carta-convite explicativa, via *e-mail*, aos nutricionistas. Os interessados em participar eram orientados a acessar a *home page*, especialmente desenhada para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao acessá-la, o nutricionista era convidado a preencher os dados de identificação, a confirmação da atuação no PNAE e a concordar com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Feito isto, o questionário *online* era disponibilizado para ser respondido.

Para a coleta de dados sobre o perfil profissional, trajetória de formação e a atuação dos nutricionistas no PNAE, bem como suas demandas de formação, optou-se pela aplicação de um questionário semiestruturado, por ser um instrumento adequado para uso populacional, que pode abordar diversos tópicos em uma única aplicação (ANGUITA; LABRADOR; CAMPOS, 2003) e que permite a obtenção de informações acerca de conhecimentos, atitudes, crenças e comportamentos do público-alvo (BOYNTON; GREENHALGH, 2004).

O questionário apresentava, ainda, questões estruturadas segundo escala Likert. As assertivas deste instrumento foram extraídas na íntegra das atribuições do nutricionista para atuar no PNAE, estabelecidas pela Resolução/CD/FNDE nº 38/2009 e Resolução CFN nº 465/2010 (BRASIL, 2009; CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010). Para a tabulação dos dados, agruparam-se as respostas “concordo” e “concordo totalmente”, bem como “discordo” e “discordo totalmente”.

A versão preliminar do questionário foi inicialmente encaminhada a 10% dos nutricionistas cadastrados no PNAE/FNDE para pré-testagem. Esta etapa visou o aprimoramento do instrumento mediante as respostas fornecidas e sugestões de adequações e de questões a serem incluídas e/ou excluídas, conforme apontado por Viegas (1999).

A análise dos dados compreendeu tratamento estatístico descritivo dos dados do perfil profissional. As respostas das questões dissertativas foram agrupadas e sistematizadas de acordo com frequência e conteúdo das respostas.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo – CEP/UNIFESP, Processo nº CEP 1697/09.

RESULTADOS

Dos 2056 nutricionistas registrados no cadastro do FNDE, 1132 (55,05%) não tinham os dados corretos para ser contatados e 3,55% responderam espontaneamente, referindo não atuar no PNAE há algum tempo, de modo que restaram 1695. Deste total, 246 (23,85%) participaram da pesquisa.

Dos participantes, 98,4% eram do sexo feminino e 1,6% do sexo masculino. A faixa etária predominante foi de até 30 anos (57,3%), como apresentado na Figura 1.

Nutricionistas de todos os Estados Federativos foram inclusos na pesquisa, porém os profissionais dos Estados do Amapá, Ceará, Roraima e Sergipe não responderam ao estudo. A participação maior foi de profissionais dos Estados da região sul do Brasil (Figura 2).

Com relação à formação acadêmica no nível de graduação, 63% dos nutricionistas eram egressos de instituições particulares e 37% de instituições públicas. A Figura 3 mostra o ano de conclusão do curso de graduação dos nutricionistas participantes desta pesquisa, evidenciando que 76,1% concluíram o curso nos últimos 10 anos. Com relação à formação de pós-graduação, 54,9% realizaram especialização, 1,6% mestrado, 0,8% doutorado, 26% não cursaram pós-graduação e 16,6% não informou.

Dos 143 nutricionistas que informaram a área na qual realizaram a pós-graduação, 42 nutricionistas (60%) relataram nutrição clínica; 14 (10%), alimentação institucional e tecnologia de alimentos; 16 (23%), saúde coletiva, destes últimos, 10 formaram-se em alimentação escolar, e 6 em outras áreas.

A abordagem de conteúdos referentes ao PNAE foi realizada na graduação de 66% dos respondentes, contudo 79% deles acreditam que o tratamento dos temas foi insuficiente para a efetiva atuação no programa. Assim, 31% dos nutricionistas realizaram cursos de aperfeiçoamento para atuar no PNAE.

Os participantes foram indagados sobre a formação que receberam na graduação acerca das atribuições para atuar no PNAE, estabelecidas pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e Resolução

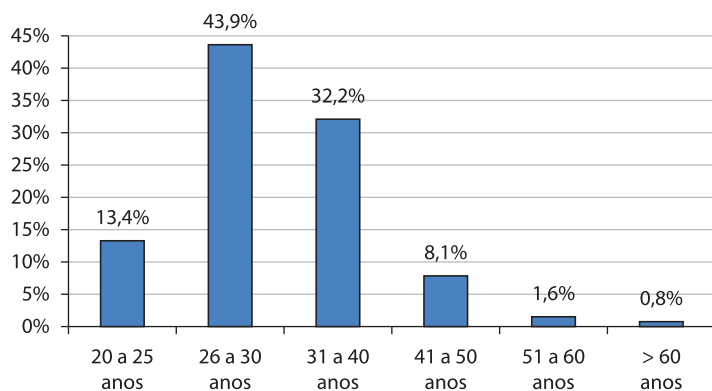


Figura 1 – Faixa etária dos nutricionistas participantes da pesquisa. Os números expressam a porcentagem.

CFN nº 465/2010 (BRASIL, 2009; CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010). Na Tabela 1, os dados mostram que os nutricionistas avaliaram satisfatoriamente o desenvolvimento dessas atribuições durante o processo de formação. As assertivas que receberam mais de 90% de concordância foram: orientar e supervisionar o armazenamento, produção e distribuição de alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias (99%); respeitar os hábitos alimentares e a cultura alimentar da localidade na elaboração de cardápios (97%); a elaboração de cardápios que promovam uma alimentação saudável (96,1%); o atendimento diferenciado a crianças com doenças e/ou deficiências associadas à nutrição (91,1%); e a interação com outros profissionais e/ou membros de conselhos no exercício de suas atividades (91,1%). Entretanto, outras assertivas tiveram concordância menor que 90%, como o respeito aos hábitos alimentares de comunidades indígenas e de áreas remanescentes de quilombos (80,8%) e a elaboração de cardápios saudáveis de baixo custo (75,4%).

Tiveram menor grau de concordância (<80%) as assertivas relacionadas com o planejamento e aplicação de testes de aceitabilidade (77,3%); a elaboração do Manual de Boas Práticas de Fabricação

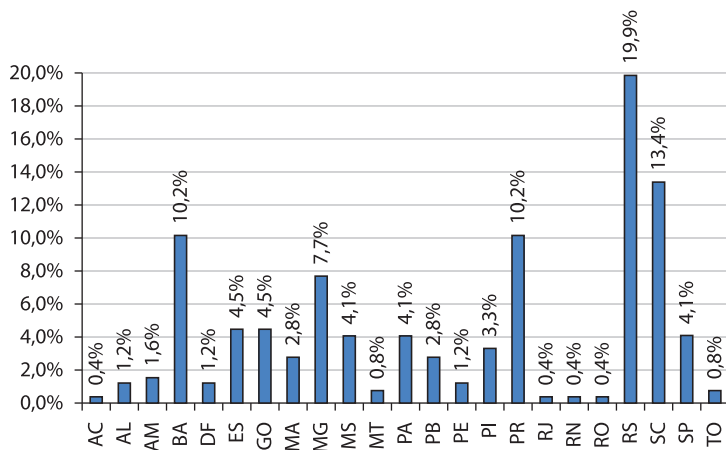


Figura 2 – Nutricionistas participantes da pesquisa por Estado Federativo.

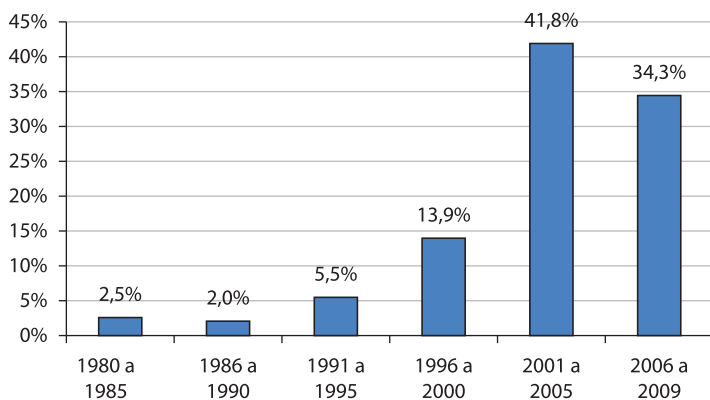


Figura 3 – Ano de conclusão da graduação em nutrição dos participantes da pesquisa.

Tabela 1 – Porcentagens das respostas dos nutricionistas sobre a formação para o desenvolvimento de suas atribuições no PNAE

Atribuições	Concordam	Não concordam e não discordam	Discordam	Sem informação
Elaborar cardápios que promovam uma alimentação saudável.	96,10%	2,50%	1,00%	0,50%
Elaborar cardápios de baixo custo que promovam alimentação saudável.	75,40%	11,30%	12,80%	0,50%
Respeitar os hábitos alimentares e a cultura alimentar da localidade, quando da elaboração de cardápios.	97,00%	1,50%	0,50%	1,00%
Respeitar os hábitos alimentares e a cultura alimentar da localidade para comunidades indígenas e de áreas remanescentes de quilombos.	80,80%	10,80%	6,40%	2,00%
Orientar e supervisionar o armazenamento, a produção e distribuição de alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias.	99,00%	0,00%	0,50%	0,50%
Elaborar o Manual de Boas Práticas de Fabricação para o Serviço de Alimentação.	79,80%	9,90%	9,90%	0,50%
Desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar.	86,20%	6,90%	5,40%	1,50%
Promover a consciência ecológica e ambiental em projetos de educação nutricional.	72,40%	14,80%	11,80%	1,00%
Oferecer alimentação adequada a crianças com doenças e/ou deficiências associadas à nutrição.	91,10%	5,90%	2,00%	1,00%
Interagir com outros profissionais e/ou membros de conselhos no exercício de suas atividades.	91,10%	3,90%	3,40%	1,50%
Pautar-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região ao elaborar os cardápios.	85,70%	6,40%	7,40%	0,50%
Planejar e aplicar testes de aceitabilidade.	77,30%	14,30%	7,90%	0,50%
Diagnosticar e monitorar o estado nutricional em diversas faixas etárias.	89,20%	4,40%	5,90%	0,50%
Planejar e orientar a compra de alimentos em processos licitatórios.	90,60%	3,00%	5,90%	0,50%
Pautar-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região ao elaborar os cardápios.	85,70%	6,40%	7,40%	0,50%

CNE - Conselho Nacional de Educação; CFN - Conselho Federal de Nutricionistas; DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais; FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar; MEC - Ministério da Educação e Cultura; PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar; TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

para o Serviço de Alimentação (79,8%); e a promoção da consciência ecológica e ambiental em projetos de educação nutricional (72,4%).

O tempo de atuação no PNAE de 66,5% dos nutricionistas participantes da pesquisa foi de até 5 anos; 25,1%, entre 5 e 10 anos; 7,4%, mais de 10 anos. A forma de ingresso mais frequente foi por meio de concurso público (64,9%); 23,8% entraram como contratados; 9,9%, como prestadores de serviço; e 1,5%, na categoria de cargo comissionado.

Quando indagados sobre as características necessárias para o nutricionista que atua no PNAE, responderam: ter conhecimento técnico, criatividade, trabalhar em equipe, ser dinâmico, amar o que faz, adaptabilidade, responsabilidade, persistência e comprometimento (Figura 4).

As facilidades na atuação no PNAE mais citadas foram: colaboração dos gestores (20,7%); comprometimento da equipe de trabalho (20,7%); autonomia profissional (12,3%); contrapartida do município (10,6%); articulação com agricultores, conselho de alimentação escolar – CAE e fornecedores (7,3%); respaldo técnico dado pelas legislações do FNDE/MEC (7,8%); formação do profissional para atuar no Programa (5,6%). Entre os participantes, 14% alegaram não encontrar nenhuma facilidade para desenvolver suas atividades no PNAE.

As dificuldades de atuar no PNAE citadas foram: desenvolvimento de cardápios de baixo custo e adequados nutricionalmente (33%); falta de apoio/comprometimento dos gestores (15,4%); escassez de recursos humanos (15,4%), especialmente de nutricionistas (7,7%); resistência da equipe de trabalho (11,3%); infraestrutura deficitária das escolas (10,7%); transporte (9,7%); carga horária insuficiente para a realização das atividades (9%); falta de cursos e formação na área (8,2%); contrapartida do município inexistente ou insuficiente (7,7%); burocracia (6,1%); processo licitatório (6%); interferência política do município (5,6%); treinamento de manipuladores de alimentos (5,6%); compra da agricultura familiar (4,6%); excesso de atividades a serem desenvolvidas (4,6%); exigências estabelecidas pelas legislações (4%). Apenas 2% alegaram não encontrar nenhuma dificuldade no desenvolvimento do trabalho.

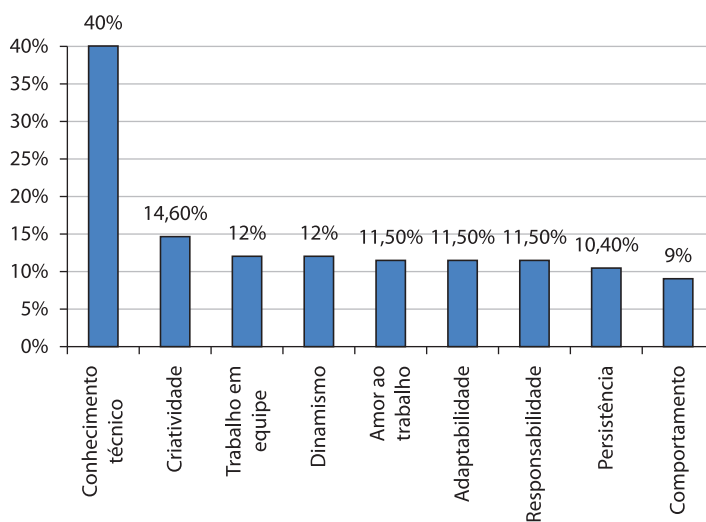


Figura 4 – Características necessárias ao nutricionista para atuação no PNAE, na perspectiva dos nutricionistas participantes da pesquisa.

As demandas de formação relatadas pelos nutricionistas do PNAE puderam ser agrupadas em três áreas: *a) Alimentação Coletiva*: elaboração de cardápios adequados nutricionalmente e ao custo (35,3%); processos licitatórios (22%); desenvolvimento de manuais de boas práticas (12,3%); teste de aceitabilidade (7%); e técnicas de treinamento de manipuladores de alimentos (5,3%); *b) Nutrição Clínica*: educação nutricional, com desenvolvimento de material e métodos de aplicação aos alunos (35,3%); e avaliação nutricional (7,5%); e *c) Específicas do Programa*, como legislação do PNAE (10,7%); atuação do nutricionista (6,4%); relacionamento interpessoal (6%).

A última questão, por ser dissertativa, possibilitou que alguns nutricionistas apresentassem sugestões, não apenas quanto aos conteúdos que precisariam ser mais bem desenvolvidos durante a formação, mas também quanto à metodologia a ser utilizada durante os cursos de formação de nutricionistas oferecidos no PNAE. Tais sugestões foram: realização de formações conjuntas, que incluíssem todos os envolvidos no processo da alimentação escolar e propiciassem trocas de experiências, dificuldades e práticas exitosas; valorização do nutricionista; sensibilização dos gestores para a importância do programa e aprimoramento da gestão.

DISCUSSÃO

Encontramos uma moderada adesão dos nutricionistas do PNAE em participar da pesquisa. No entanto, a amostra foi representativa já que contemplou 246 nutricionistas atuantes em todas as regiões do país. Outros autores como Gambardella; Ferreira e Frutuoso (2000) obtiveram resposta de 42,0% do total de 215 questionários remetidos, e Alves, Rossi e Vasconcelos (2003) obtiveram 44,2% de adesão à pesquisa realizada com 296 nutricionistas.

No presente trabalho, a preponderância de sujeitos de sexo feminino e de faixa etária entre 20 e 40 anos (89,5%) coincide com os dados do Conselho Federal de Nutricionistas (2006), que registra 96,5% de mulheres, concentradas na faixa etária entre 20 e 40 anos (79,4%); e com Akutsu (2008), que encontrou 96,8% de mulheres nutricionistas, com idade entre 20 e 30 anos (42,5%) em estudo realizado também nas cinco regiões brasileiras. Perfil semelhante é relatado no estudo recente de Mello et al. (2012) com nutricionistas atuantes no PNAE.

Com relação à formação acadêmica no nível de graduação, a maioria dos nutricionistas participantes era egressa de instituições particulares, apenas 37% formou-se em instituições públicas. Nos dados encontrados pelo Conselho Federal de Nutricionistas (2006), 56,3% de nutricionistas eram provenientes de instituições privadas e 43,7% de instituições públicas.

A maioria dos nutricionistas do PNAE pesquisados concluiu o curso em períodos posteriores à promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Nutrição (BRASIL, 2001), embora relatasse predominância do modelo pedagógico tradicional nos cursos de graduação, o que pode revelar o descompasso das Instituições Superiores de Ensino Superior em acompanhar os processos de mudanças pretendidas pelas políticas indutoras da formação em saúde.

Nesse sentido, com relação ao conceito de aprendizagem a ser utilizado nos processos formativos, Batista (2004) defende que: “[...] a aprendizagem pode, superando as concepções tradicionais, ser entendida como processo de construção, em que o aluno edifica suas relações e intersecções na interação com outros alunos, professores, fóruns de discussão e pesquisadores” (p. 63).

A formação no nível de especialização dos nutricionistas participantes nesta pesquisa foi maior que a percentagem encontrada pelo Conselho Federal de Nutricionistas (2006), na qual apenas 31,6%

dos nutricionistas concluíram a especialização, 5,2%, o mestrado e 1,1%, o doutorado. Já o estudo de Akutsu (2008) mostra que 48,9% realizaram especialização e 15% mestrado e doutorado. Alves, Rossi e Vasconcelos (2003) encontraram, no Estado de Santa Catarina, 35,8% de nutricionistas com título de especialista, 16,8% de mestre e 9,2% de doutor, sendo que os últimos resultados obtidos superaram os índices de realização de Pós-Graduação por estes profissionais em nível nacional.

A abordagem de conteúdos referentes ao PNAE foi realizada na graduação da maioria dos respondentes, contudo 79% deles acreditam ter sido de forma insuficiente para a efetiva atuação no Programa. Este achado está de acordo com o estudo de Canesqui e Garcia (2005) sobre a inserção de conteúdos das disciplinas de ciências humanas e sociais em 12 cursos de nutrição. Neste estudo, os autores observaram que, para tais disciplinas, que abrangem conteúdos referidos ao Programa, reservam-se, em média, apenas 4,7% da carga horária do curso, variando entre 3,26% e 6,06%.

Esse enfoque dado às áreas de formação relacionadas às políticas públicas não acompanha a ampliação do campo de atuação do nutricionista ao longo dos últimos anos (ANDRADE; LIMA, 2003). Banduk, Ruiz-Moreno e Batista (2009) descrevem que a graduação em Nutrição atravessa um período de reformas em seu currículo, decorrentes, em parte, das mudanças requeridas pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Nutrição. É importante destacar que, em relação ao processo de formação profissional, as competências gerais explicitadas nas DCN abrangem tanto aspectos técnicos como sociais, que incluem: atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, administração e gerenciamento, e educação permanente que são relevantes para a adequada atuação profissional. Porém, os cursos atravessam um período de adequação, no qual as novas propostas não estão integralmente implantadas.

Assim, para atuar no PNAE, 31% dos nutricionistas realizaram cursos de aperfeiçoamento, o que vai ao encontro dos dados encontrados por Gambardella, Ferreira e Frutuoso (2000), nos quais 29,2% dos egressos de nutrição estavam realizando aprimoramento, especialização ou pós-graduação *strito sensu*.

Existe preferência dos nutricionistas participantes desta pesquisa pela pós-graduação em nutrição clínica, evidenciando ser esta a principal opção dos nutricionistas; seguida de alimentação institucional e tecnologia de alimentos; e, por último, a opção pela saúde coletiva e dentro dela pela alimentação escolar, o que mostra a baixa porcentagem de profissionais com interesse em atuar nesta área.

Embora se disponha de conhecimentos técnicos para solucionar a maior parte dos problemas de nutrição existentes, a atuação profissional do nutricionista na Saúde Pública é tímida e incipiente, sendo este o campo que absorve ainda um número pequeno de profissionais formados (BOOG, 2008). O setor saúde é um espaço emergente para os nutricionistas que deveria ser mais bem abordado na graduação, de forma a despertar o interesse dos egressos nesta área. Nas duas últimas décadas, têm sido registrados avanços significativos no PNAE, a exemplo das mudanças no seu aparato legal e da crescente contratação de nutricionistas, consolidando assim esse profissional como responsável técnico pelas ações da alimentação escolar.

Alves, Rossi e Vasconcelos (2003) destacam que os cursos de Pós-Graduação realizados pelos nutricionistas estavam relacionados a Terapia Nutricional, Qualidade na Produção de Refeições Coletivas e Ciência dos Alimentos, o que corrobora achados desta pesquisa.

Os cursos de capacitação oferecidos pelo FNDE – tais como Encontros Nacionais do PNAE, Encontros Regionais de Nutricionistas, Encontro para a Integração das Ações Educacionais,

Capacitação de Gestores – ou por seus parceiros – como o Projeto Educando com a Horta Escolar, Capacitação de Nutricionistas, de Conselheiros da Alimentação Escolar, Capacitação da Agricultura Familiar – incluíram uma porcentagem importante de nutricionistas, embora longe da totalidade, considerando as deficiências apontadas na formação durante a graduação, o que merece atenção no sentido de ampliar a participação dos nutricionistas atuantes no Programa nessas instâncias de capacitação.

Ao se considerar as atribuições do nutricionista na atuação no PNAE estabelecidas na Resolução CD/FNDE n° 38/2009 (BRASIL, 2009), os dados mostraram porcentagens elevadas de concordância sobre a formação que receberam para desenvolvê-las.

Entretanto, ao se indagar sobre a formação a respeito de hábitos alimentares de comunidades indígenas e de áreas remanescentes de quilombos, a concordância foi menor. Além disso, a concordância com a elaboração de cardápios saudáveis, que foi de 96,1%, caiu para 75,4% quando, além de serem saudáveis, os cardápios têm de ter baixo custo. Este dado pode ser indicador da necessidade de processos de formação acordes com as demandas da maioria da população.

Com menor porcentagem de concordância, embora considerada satisfatória, encontram-se o diagnóstico e monitoramento do estado nutricional em diversas faixas etárias, o desenvolvimento de projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar; a pauta na sustentabilidade e diversificação agrícola da região ao elaborar os cardápios. Por sua relevância social, estas atribuições também poderiam ser objeto de aprofundamento na formação dos nutricionistas, considerando as atuais políticas públicas.

Merece também especial atenção, por parte dos formadores, tanto dos cursos de graduação, pós-graduação e educação permanente, o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento e aplicação de testes de aceitabilidade; a elaboração do Manual de Boas Práticas de Fabricação para o Serviço de Alimentação; e a promoção da consciência ecológica e ambiental em projetos de educação nutricional.

Segundo Costa (1999), o resgate histórico dos estudos sobre a formação demonstra que a falta de mecanismos concretos para a articulação dos conhecimentos biológicos e sociais é limitada pela deficiência de uma análise crítica da realidade de formação, da prática profissional e da realidade social.

Todos os nutricionistas que participaram da pesquisa atuam no PNAE, sendo que a maioria trabalha em apenas um município. Estudo do Conselho Federal de Nutricionistas (2006) encontrou dados semelhantes para nutricionistas que atuavam no setor da Alimentação Coletiva (74,2% com atuação em apenas um local).

Esta situação está, em grande parte, de acordo com a Resolução CFN n° 358/2005, que dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar:

Art. 8º. A assunção da responsabilidade técnica por mais de um município executor do Programa Nacional de Alimentação Escolar será permitida, a critério do Conselho Regional de Nutricionistas, observando-se o seguinte:

I - número de alunos atendidos;

II - compatibilidade de tempo para atendimento das atividades dos diferentes locais, levando em conta o tempo despendido para acesso aos locais de trabalho;

III - existência de quadro técnico; e

IV - grau de complexidade dos serviços (p. 6).

Entretanto, Santos et al. (2012) mencionam que uma das dificuldades apontadas pelos nutricionistas é a questão do isolamento profissional, uma vez que eles são responsáveis técnicos pelo programa em um município e, em geral, não dispõem de outros nutricionistas no quadro técnico. O autor acrescenta que esse é um sentimento largamente compartilhado por todos, aliado à falta de preparo adequado para o trabalho no PNAE durante o curso de graduação.

O tempo de atuação da maioria dos nutricionistas junto ao Programa foi de até 5 anos. Apenas 33,5% estão atuando no PNAE há mais de 5 anos, o que pode indicar um aumento recente da inserção deste profissionais em programas sociais. O Conselho Federal de Nutricionistas (2006) encontrou dados semelhantes em que o tempo de atuação dos profissionais em saúde coletiva foi de até 5 anos para 66,4%.

O concurso público representou a forma de ingresso para a maioria dos nutricionistas. A principal vantagem do vínculo por concurso é a garantia de estabilidade em um emprego com remuneração, na maioria dos casos, superior a das empresas privadas. No vínculo por concurso, o profissional tem uma grande responsabilidade, entretanto uma maior liberdade para a realização de suas tarefas. Já o contrato, a prestação de serviços e o cargo comissionado podem ser extintos a qualquer tempo, dependendo do prazo de execução do serviço para o qual foram admitidos ou do interesse da Administração Pública.

Na pesquisa de Mello et al. (2012), foi identificado que os nutricionistas inseridos no PNAE encontraram dificuldades pelo tipo de vínculo empregatício estabelecido com o Programa, o que, muitas vezes, exigiu a assunção de outras atividades profissionais na área da Nutrição, ou mesmo a responsabilidade técnica por outros municípios.

Estudo realizado pelo Conselho Federal de Nutricionistas (2006) afirma que, na área da saúde coletiva, o ingresso geralmente dá-se por concurso público. Akutsu (2008) destaca que nutricionistas graduados há mais tempo estavam trabalhando em empresas públicas, o que pode refletir na busca desses profissionais por empregos mais estáveis à medida que avançam em suas carreiras.

No caso dos nutricionistas no PNAE, ao relacionar o tempo de atuação e o tipo de vínculo do profissional, pode-se perceber que, com a publicação da Lei nº 8.913/1994 (BRASIL, 1994), que exigia a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar por nutricionistas capacitados, e da Resolução FNDE/CD nº 38/2004 (BRASIL, 2004), que estabelecia que o nutricionista assumisse a Responsabilidade Técnica do Programa, e, posteriormente, da Resolução FNDE/CD nº 32/2006 (BRASIL, 2006), na qual o nutricionista responsável-técnico deve ser obrigatoriamente vinculado ao setor de alimentação escolar da Entidade Executora, o número de nutricionistas admitidos por concurso vem aumentando no setor público.

Sobre as características necessárias para o nutricionista que atua no PNAE, os participantes da pesquisa destacaram: ter conhecimento técnico, criatividade, trabalhar em equipe, ser dinâmico, amar o que faz, adaptabilidade, responsabilidade, persistência e comprometimento. Estas respostas evidenciam aspectos tanto cognitivos como atitudinais valorizados pelos nutricionistas.

As facilidades na atuação no PNAE abrangeram aspectos relacionados às relações interpessoais como colaboração dos gestores, comprometimento da equipe de trabalho, autonomia profissional, articulação com agricultores, conselho de alimentação escolar – CAE e fornecedores. A contrapartida do município e o respaldo técnico dado pelas legislações do FNDE/MEC também foram mencionados, sendo que a formação do profissional para atuar no Programa foi citada como uma facilidade apenas

por 5% dos participantes, o que pode indicar um desafio a ser encarado pelos gestores do Programa e as Instituições de Ensino Superior.

As dificuldades citadas para atuar no PNAE incluíram também uma variada rede de aspectos técnicos, atitudinais e procedimentais. O fato de que apenas 2% alegaram não encontrar nenhuma dificuldade no desenvolvimento do trabalho pode indicar a necessidade de aprimorar inúmeros aspectos destacados pela maioria dos participantes.

Sobre a escolha da área de atuação, Gambardella; Ferreira e Frutuoso (2000) notaram que nutricionistas estudados não mostraram interesse por saúde coletiva e que os temas de cursos solicitados foram nas áreas de Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) e nutrição clínica.

No presente estudo, com os nutricionistas atuantes no PNAE, puderam se observar demandas de formação similares, focadas na formação técnica tais como: elaboração de cardápios adequados nutricionalmente e ao custo; processos licitatórios; desenvolvimento de manuais de boas práticas; teste de aceitabilidade; e técnicas de treinamento de manipuladores de alimentos. Todas estas estão relacionadas à área de alimentação coletiva. Demandas de formação relativas à área clínica foram: educação nutricional, com desenvolvimento de material e métodos de aplicação aos alunos e avaliação nutricional. Surgiram, ainda, demandas específicas, como as referentes à legislação do PNAE e atuação do nutricionista, e gerais, como relacionamento interpessoal.

As sugestões dos nutricionistas relacionadas aos processos de formação no contexto do PNAE incluem o envolvimento de todos os atores, a troca de experiências e a valorização dos saberes anteriores dos sujeitos e evidenciam a necessidade de considerar os participantes como centro das atividades de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, merece destaque a experiência de formação desenvolvida pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal da Bahia, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação (FNDE/MEC), que desenvolveram um Programa de Formação para nutricionistas que atuavam no PNAE da Região Nordeste. Nesta experiência, o encontro simultâneo dos nutricionistas, merendeiras e conselheiros possibilitou o desenvolvimento de uma metodologia com vistas à interação, fomentando a aproximação e o diálogo entre eles. Tal planejamento propiciou espaço para a fala dos participantes acerca das suas experiências no cotidiano do trabalho e, com isso, a troca de ideias (SANTOS et al., 2012).

Mello et al. (2012), em estudo sobre a atuação profissional dos nutricionistas no PNAE, também enfatizam a importância dos cursos de formação continuada como importantes alternativas na promoção da troca de experiências, atualização de informações, valorização e motivação da prática profissional para o bom funcionamento do Programa.

A importância de valorizar as interações se fundamenta nas contribuições de Vygotsky (1998). De acordo com o autor, o processo de construção do conhecimento acontece primeiro no plano interpessoal para depois acontecer no plano intrapessoal, e a aprendizagem acontece quando a pessoa internaliza o que já foi experienciado externamente em forma coletiva. A relação do sujeito com o conhecimento é viabilizada pela linguagem, de modo que o conhecimento se constrói nas relações interpessoais. Alunos e professores participam de uma construção compartilhada de conhecimentos. O professor, e detentor de mais experiência, é um sujeito importante no processo de aprendizagem, apresentando, problematizando, demonstrando, orientando, provocando reflexões,

críticas e promovendo ações transformadoras sobre a realidade (RUIZ-MORENO; PITTAMIGLIO; FURUSATO, 2008).

Nos apontamentos sobre a formação do nutricionista, Amâncio Filho (2004) e Silva (2000) defendem que esse processo precisa possibilitar, aos futuros trabalhadores, a participação na sociedade científica e tecnológica não apenas como objetos, mas como sujeitos, resgatando-se assim sua dimensão política: a construção da identidade social e a integração plena na cidadania.

No desenho de práticas formativas em serviço além das relações interpessoais, é necessário planejar as atividades a partir do diagnóstico das necessidades e características dos participantes. Nos processos de educação permanente, a formação precisa partir de um trabalho de reflexão crítica sobre as próprias práticas, o que contribui para melhorar a atuação profissional no PNAE, superando a transmissão e acumulação de conhecimentos, característica do modelo tradicional de educação.

CONCLUSÃO

A formação recebida nos cursos de graduação, com ênfase no modelo pedagógico tradicional e nos aspectos tecnicistas da atuação do nutricionista, sinaliza entraves para acompanhar a ampliação do seu campo de atuação frente às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, como o PNAE.

A formação continuada/permanente dos nutricionistas em serviço precisa ser priorizada uma vez que os cursos de graduação não têm acompanhado o crescimento do trabalho na área. Existe pouco investimento acadêmico para a atuação profissional no Programa, com incipientes componentes curriculares, limitada carga horária e persistência do modelo pedagógico tradicional.

Propostas educativas construtivistas, que considerem os participantes como sujeitos ativos e favoreçam as inter-relações e a troca de experiências podem contribuir para a efetiva atuação profissional do nutricionista no PNAE e consequente consolidação e ampliação do Programa.

As tradicionais áreas de inserção do nutricionista, como nutrição clínica, alimentação coletiva/administração de Unidades de Alimentação e Nutrição e saúde pública, são as que mais empregam nutricionistas. Para reverter essa situação e tornar atrativo o campo de atuação em saúde pública, faz-se necessária a adequação dos currículos dos cursos de graduação às atuais demandas sociais e a adoção de experiências participativas de educação permanente em serviço que considerem os saberes prévios, a perspectiva integral, a realidade do cotidiano de trabalho, a dimensão subjetiva, as características institucionais, sociais e políticas para o aprimoramento do PNAE.

Diversos questionamentos surgem e podem motivar futuras pesquisas sobre a formação do nutricionista, tais como: - o nutricionista se percebe como agente responsável por desenvolver políticas públicas com foco na segurança alimentar? Ele tem sido formado para assumir atribuições técnicas e sociais que tais atividades exigem? Este profissional está capacitado a atuar como educador e a desenvolver atividades junto à comunidade? Os cursos de graduação, aperfeiçoamento profissional e pós-graduação respondem às necessidades de aprimoramento? O FNDE tem ciência das dificuldades e demandas encontradas no cotidiano da atuação do profissional no PNAE? Tais dificuldades e demandas são consideradas no momento de elaborar e planejar os Encontros, Cursos e Capacitações realizadas pelos FNDE e seus parceiros?

Dar continuidade à pesquisa sobre essas e outras questões pode subsidiar os processos de tomada de decisões tanto nas Instituições de Ensino Superior como dos organismos públicos comprometidos com as demandas sociais.

REFERÊNCIAS/REFERENCES

- ALVES, E.; ROSSI, C. E.; VASCONCELOS, F. A. G. Um perfil do nutricionista em Florianópolis, Santa Catarina. *Rev. Nutr.*, v. 16, n. 3, p. 295-304, jul./set., 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732003000300007>
- AKUTSU, R. C. Brazilian dieticians: professional and demographic profiles. *Rev Nutr.*, v. 21, n. 1, p. 7-19, jan./fev., 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732008000100002>
- AMÂNCIO FILHO, A. Dilemas e desafios da formação profissional em saúde. *Interface: Comunic, Saúde, Educ.*, v. 8, n. 15, p. 375-80, mar./ago., 2004.
- ANDRADE, L. P.; LIMA, E. S. A formação e a prática do nutricionista: o gênero nas entrelinhas. *Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. = J. Brazilian Soc. Food Nutr.*, v. 26, p. 109-26, dez. 2003.
- ANGUITA, J. C.; LABRADOR, J. R. R.; CAMPOS, J. D. La encuesta como técnica de investigación. Elaboración de cuestionarios y tratamiento estadístico de los datos (I). *Aten Primaria.*, v. 31, n. 8, p. 527-38, 2003.
- BANDUK, M. L. S.; RUIZ-MORENO, L.; BATISTA, N. A. A Construção da identidade profissional na Graduação do Nutricionista. *Interface: Comunic, Saúde, Educ.*, v. 13, n. 28, p. 111-120, 2009.
- BATISTA, S. H. Aprendizagem, ensino e formação em saúde: das experiências às teorias em construção. In: BATISTA N.; BATISTA S. H. (Orgs.). *Docência em saúde: temas e experiências*. São Paulo: Editora SENAC, 2004. p. 57-74.
- BOOG, M. C. F. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. *Rev Cienc saude*, v. 1, n. 1, p. 33-42, jan./jun. 2008.
- BOYNTON, P. M.; GREENHALGH, T. Hands on guide to questionnaire research. Selecting, designing and developing your questionnaire. *BMJ*, v. 328, p. 1312-1315, May 2004. Pmid:15166072. PMCid:420179. <http://dx.doi.org/10.1136/bmj.328.7451.1312>
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei n° 8. 913, de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1994. Seção 1, p. 10521.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Resolução CNE/CES N° 5, de 07 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Nutrição. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 nov. 2001. Seção 3, p. 39-40.
- BRASIL. Resolução FNDE/CD N° 38 de 23 de Agosto de 2004. Estabelecer critérios para execução do PNAE. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 ago. 2004. Seção 3, p. 23-25.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Resolução FNDE/CD N° 32, de 10 de agosto de 2006. Estabelecer as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 ago. 2006. Seção 3, p. 22-24.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento*. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2007.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei n° 11. 947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10. 880, de 9 de junho de 2004, 11. 273, de 6 de fevereiro de 2006, 11. 507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2. 178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8. 913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2-4.
- CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. Ciências sociais e humanas nos cursos de nutrição. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Orgs.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005. p. 255-74.
- CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN N° 358/2005. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista em âmbito do programa de alimentação escolar (PAE) e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2005/res358.pdf>>.
- CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. *Perfil da Atuação Profissional do Nutricionista no Brasil*. Brasília:

CFN, 2006. 88 p. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/pesquisa.pdf>>.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN Nº 465/2010. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFN-465-atribuicao-nutricionista-PAE.pdf>>.

COSTA, E. Q.; RIBEIRO, V. M. B.; RIBEIRO, E. C. O. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. *Rev Nutr.*, v. 14, n. 3, p. 225-229, set./dez., 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732001000300009>

COSTA, N. M. S. C. Revisitando os estudos e eventos sobre a formação do nutricionista no Brasil. *Rev Nutr.*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 5-19, jan./abr., 1999.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. *Programas: Alimentação escolar*. FNDE, 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>.

FRANCO, A. C.; BOOG, M. C. F. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. *Rev Nutr.*, v. 20, n. 6, p. 643-655, nov./dez., 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732007000600007>

GAMBARDELLA, A. M. D.; FERREIRA, C. F.; FRUTUOSO, M. F. P. Situação profissional de egressos de um curso de nutrição. *Rev Nutr.*, v. 13, n. 1, p. 37-40, jan./abr., 2000.

MELLO, A. L.; VIDAL JÚNIOR, P. O.; SAMPAIO, L. R.; SANTOS, L. A. S.; FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A. V. Perfil do nutricionista do programa nacional

de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. *Rev Nutr.*, v. 25, n. 1, fev. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732012000100011>

MOTTA, D. G.; OLIVEIRA, M. R. M.; BOOG, M. C. F. A formação universitária em nutrição. *Pro-posições*, v. 14, n. 1 (40), p. 69-85, jan./abr. 2003.

RODRIGUES E. M.; SOARES, F. P. T. P.; BOOG, M. C. F. Resgate do conceito de aconselhamento no contexto do atendimento nutricional. *Rev Nutr.*, v. 18, n. 1, p. 119-28, jan./fev. 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732005000100011>

RUIZ-MORENO, L.; PITTAMIGLIO, S.; FURUSATO, M. Lista de discussão como estratégia de ensino-aprendizagem na pós-graduação em Saúde. *Interface: Comunic, Saúde, Educ.*, v. 12, n. 27, p. 883-892, dec. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832008000400017>

SANTOS, L. A. S.; PAIVA, J. B.; MELLO, A. L.; FONTES, G. A. V.; SAMPAIO, L. R.; FREITAS, M. C. S. O nutricionista no programa de alimentação escolar: avaliação de uma experiência de formação a partir de grupos focais. *Rev Nutr.*, v. 25, n. 1, p. 107-117, fev. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732012000100010>

SILVA, M. R. Considerações sobre a revisão curricular no contexto da sociedade atual. *Rev Psicopedag.*, v. 19, n. 52, p. 28-33, 2000.

VIEGAS, W. *Fundamentos de metodologia científica*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999. 251 p.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Recebido para publicação em 27/02/12.

Aprovado em 01/08/12.